Proposta básica para o projeto de formação profissional — novos subsídios para o debate

Isabel Cristina da Costa Cardoso
Sara Granermann
Elaine Rossetti Behring
*Ney Luiz Teixeira de Almeida**

Aprofundando o debate

O documento, ora apresentado, expressa a síntese do conteúdo dos debates realizados entre os dias 14 e 16 de junho de 1996, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro — UERJ —, em reunião de consultores convocada pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social — ABESS.[1] Com este encontro ampliado de consultores, a direção da ABESS buscou efetivar o compromisso assumido na última Convenção, mediante sugestão da plenária, quanto à necessidade de maior explicitação e aprofundamento em torno de alguns pontos centrais do documento aprovado, quais sejam: a compreensão da "questão social"; o desenvolvimento

* A elaboração deste documento teve a supervisão da Professora Marilda Villela Iamamoto.

1. Tal reunião contou com os seguintes participantes: Marieta Koike, Presidente Nacional da ABESS/UFPE; Ney Luiz T. de Almeida, Vice-presidente da ABESS — Leste/UERJ; Marilda Villela Iamamoto e Sara Granermann, Consultoras da ABESS/UFRJ; Isabel Cristina Cardoso, consultora da ABESS/UERJ; Maria Rosângela Batistoni, consultora da ABESS/PUCSP; Franci G. Cardoso, consultora da ABESS/UFMA; Juliane Félix Peruzzo, consultora da ABESS/FSS de Caxias do Sul; Maria Tereza G. de Menezes e Suely Gomes, consultoras da ABESS/UFF; Elaine Behring, consultora CFESS/UERJ; Ana Mourão, consultora CFESS/UFRJ; Carlos Alberto Maciel, consultor CFESS/UNAMA e Cristiana Mercury, consultora ABESS/UCSAL.

do núcleo de fundamentação do trabalho profissional e sua inter-relação com os demais eixos propostos; e a necessidade de trazer o debate sobre a universidade brasileira para o centro do processo de revisão do currículo mínimo.

Diante da responsabilidade de subsidiar e acelerar o processo de formulação do currículo mínimo com a efetiva participação das unidades de ensino ao nível nacional — através das oficinas locais e regionais — a ABESS decidiu ampliar o quadro de seus consultores. Buscou, assim, aglutinar em torno desta tarefa um maior número de docentes, de modo a favorecer o debate e a troca de experiências, recolhendo, ainda, contribuições de algumas das unidades de ensino que já realizaram a formulação de seus currículos plenos.

A salutar troca de experiências sobre os distintos caminhos seguidos pelas unidades de ensino em seu processo de construção curricular aponta para um resultado bastante significativo: o pluralismo (teórico-metodológico e político) pretendido e construído pela categoria, ao longo dos anos 80, é hoje um parâmetro entre os Assistentes Sociais e uma prática que vem conduzindo o processo de revisão curricular. O debate, teoricamente rico e respeitoso, pautado no reconhecimento e no trato analítico das diferenças de pontos de vista presentes entre os interlocutores, é, entretanto, *soldado pelo privilégio de um horizonte teórico-metodológico e ético-político na formulação do currículo mínimo*. O documento aprovado, por unanimidade, na Convenção da ABESS realizada em Recife e os debates que deram o perfil ao último CBAS denotam que os rumos ora imprimidos ao debate profissional têm ressonância e legitimidade frente à categoria profissional. Assim, a opção por uma clara direção social na construção do currículo, fundada nos avanços acumulados pela categoria nos anos 80 e que se expressa nos princípios norteadores do código de ética e nas dimensões históricas e teórico-metodológicas em que foi forjado, demonstra o amadurecimento da categoria profissional no enfrentamento das ambigüidades presentes na década passada.

Os esforços de superação de traços teoricistas, que não raras vezes impregnaram o debate profissional dos anos 80, apontaram caminhos para ultrapassar o distanciamento entre o labor teórico-intelectual e o exercício profissional cotidiano. Caminhos esses que ora estão sendo construídos, sem abrir mão, contudo, tanto do rigor no trato da teoria e dos avanços teórico-metodológicos acumulados, como da crítica de seu relativo descolamento do acompanhamento da dinâmica histórico-conjuntural, no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade civil; dimensão esta que não galgou a mesma prioridade da pauta dos debates sobre a formação profissional.

É o resgate dessa dupla conjunção — rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária — que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão.

Ao colocar tais questões no escopo da reforma curricular, o Serviço Social terá os olhos voltados, nesta segunda metade da década, para dar um salto em sua reflexão, no sentido de enfrentar as dimensões estratégicas e técnico-operativas do trabalho profissional, *fecundadas pelo atento deciframento das refrações da questão social no cotidiano da vida social e pelas conquistas teórico-metodológicas já acumuladas ao longo da década de 80, que se afiguram como recursos analíticos indispensáveis para tais fins*. Trata-se, pois, de avançar nos caminhos percorridos, suprindo lacunas e enriquecendo as análises das particularidades históricas que incidem sobre o trabalho profissional.

É na direção apontada que o documento apresenta um caminho analítico profícuo, *recolocando o estatuto profissional como uma especialização do trabalho*, o que não é uma preocupação nova. Ela já havia comparecido nas polêmicas sobre a gênese da profissão, colocadas em cena por IAMAMOTO (1982), quando sinalizava que a compreensão da profissão se dá pelo desvendamento de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. Com clareza já estava colocada para a profissão a importância do *estatuto do trabalho*, fundado em uma visão societária, que atribui prioridade ontológica à produção e reprodução da vida social e às relações sociais historicamente particulares que a sustentam. São as relações sociais que fundam a sociedade do capital que também são as geradoras da "questão social", porquanto presididas por desigualdades nas esferas da produção e distribuição dos meios de vida e trabalho, apropriados privadamente. Conformam interesses sociais — isto é, de classes — distintos e antagônicos no cenário da vida social, assentados na desigual apropriação dos frutos do trabalho social, do poder político e das conquistas da ciência e da cultura, demarcando amplos níveis de exclusão para segmentos majoritários da população, tais como verificados hoje na sociedade brasileira.

Considerando ser a "questão social" a base de fundação do Serviço Social na sociedade, o documento avança no sentido de clarificar as implicações desta afirmativa que informa o texto já aprovado na última Convenção, salientando as mediações históricas particulares que atravessam a questão social no País, nos anos 90. Sendo este *um ponto central que atribui unidade à construção do currículo mínimo*, ele não exclui a consideração sobre as diversidades regionais que perpassam a "questão social", que devem ser necessariamente contempladas nos debates sobre o currículo. Balizar-se por tais indicações corresponde ao reconhecimento

de que a "questão social" apresenta singularidades muito próprias, nas diferentes realidades deste País. Mas significa também afirmar, sem nenhuma dúvida, que há elementos indissociáveis que articulam os multifacetados ângulos da realidade brasileira. Neste sentido, afirma-se ser a "questão social" o ponto de partida estruturador da discussão a ser feita pelos e nos currículos de Serviço Social. Tal orientação, já sinalizada no documento apresentado em Recife, foi objeto de intensa polêmica na reunião dos consultores, sendo também tematizada no presente documento.

Outro foco importante deste documento é a consideração da profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho *e de sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da "questão social"*. A abordagem do exercício profissional como trabalho permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais componentes de todo e qualquer processo de trabalho: *o objeto ou "matéria-prima"* sobre o qual incide a ação transformadora do trabalho; *os meios de trabalho* — instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto — e a *atividade do sujeito* direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Implica, ainda, atribuir visibilidade ao *produto do trabalho profissional* em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. Focar a ação profissional, nesta perspectiva, exige considerar as particulares condições e relações sociais historicamente estabelecidas, através das quais o trabalho do Assistente Social se realiza, aí envolvendo: os organismos empregadores (públicos e privados) e os "usuários" dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho; a articulação do Assistente Social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito ao Assistente Social como um *trabalhador assalariado*, dotado de uma força de trabalho qualificada que, como toda mercadoria, dispõe de um valor de uso e de troca. Força de trabalho esta que, ao se realizar — aliada aos meios necessários para sua efetivação —, se transforma em trabalho. Sendo este uma *atividade do sujeito*, nela incidem múltiplas mediações que presidem a constituição dos indivíduos que a realizam: as relações de gênero e de raça, os valores, compromissos éticos e públicos, a formação intelectual, cultural etc.

Se o núcleo de fundamentação do trabalho profissional é o foco privilegiado neste momento, importa deixar claro que ele não se autonomiza dos demais. Os três núcleos de fundamentação da formação profissional anunciados no documento da ABESS expressam *níveis distintos de*

abstração de análise requeridos para o deslindamento do Serviço Social na sociedade brasileira, sendo, neste sentido, complementares e indissociáveis entre si. Não dizem respeito, portanto, a núcleos de conhecimentos que se esgotam em si próprios, mas que contribuem, sob diferentes ângulos e articuladamente, para a elucidação das particularidades da "questão social" e do estatuto profissional do Serviço Social na construção de respostas frente à mesma.

Um terceiro aspecto tematizado no documento diz respeito ao *quadro atual da universidade brasileira*: as contradições que conformam sua crise e, ao mesmo tempo, abrem novas possibilidades para o redimensionamento dessa instituição e do processo de formação profissional. Tendo como marco a reforma universitária do período ditatorial, aponta avanços e limites ao trabalho acadêmico, destacando as injunções sociais que, tributárias das políticas governamentais e da prática política e cultural dos sujeitos coletivos, vêm alterando o perfil da instituição universitária. Salienta as funções da universidade no campo do ensino, da pesquisa e da extensão e suas implicações no âmbito específico da construção de um projeto de formação profissional na área do Serviço Social.

Cientes de que a prioridade atual *é a formulação de propostas para o currículo mínimo para os cursos de Serviço Social, tal tarefa coloca o desafio de que a discussão incida sobre os aspectos fundantes da qualificação profissional requerida nos marcos da sociedade brasileira do presente e em seus desdobramentos futuros, alimentada pelo acervo intelectual e profissional já acumulado pela categoria e norteada por uma visão realista e prospectiva da situação da universidade, enquanto instituição que abriga o processo de formação profissional.* Todavia, se em torno do currículo mínimo é necessário construir um amplo consenso, ao currículo pleno caberá contemplar as *diversidades e peculiaridades de cada unidade de ensino*: os recortes regionais, a fidelidade às trajetórias acadêmico-profissionais dos centros de formação, resultantes das diferentes correlações de forças sobre as quais se assentam os vários projetos acadêmicos e político-profissionais.

Mais além da diferenciação do quadro da formação profissional no País, alguns requisitos deverão alimentar os esforços voltados para garantir a qualidade da formação profissional no âmbito do Serviço Social:

a) o primeiro é a afirmação da investigação como uma atividade vital para a própria atualização e reprodução do Serviço Social. Em um mundo em constante mutação exige-se dos profissionais em geral — e do Assistente Social em particular — competência e agilidade na pesquisa e desvendamento da realidade, isto é, na apreensão da dinâmica dos processos sociais. Esta observação adquire especial relevo ao se considerar

o caráter prático-interventivo da profissão. Assim, além do estímulo às preocupações investigativas e às atividades de iniciação à pesquisa na graduação, laços devem ser estreitados, especialmente no âmbito das políticas de pesquisa, entre a graduação e a pós-graduação, enquanto níveis particulares do processo de qualificação acadêmico-profissional na área de Serviço Social;

b) em segundo lugar — e associado ao aspecto anterior — uma formação que almeje êxitos requer uma constante capacitação docente. Neste sentido, a ABESS compreende que, além dos cursos de pós-graduação, as oficinas que vêm promovendo em todo o país têm viabilizado importantes espaços de reflexão e troca de experiências, alimentando o processo de capacitação entre os docentes de Serviço Social;

c) por fim, uma radical reorientação dos conteúdos das matérias do currículo exigirá um desapego das formulações tradicionais que vinham balizando a formação profissional e uma criativa capacidade de traduzir as novas angulações implicadas no tratamento da prática profissional como processo de trabalho no cenário da questão social.

Os elementos anunciados e expostos neste documento são oferecidos como matéria para discussão das oficinas regionais, de modo que possam enriquecer o debate e o embate, visando ao seu aprofundamento e à formulação de propostas de políticas de investigação e capacitação locais e regionais, como pilares do processo de renovação da formação profissional no País.

Serviço Social e questão social[2]

O texto "Proposta básica para o projeto de formação profissional" (ABESS, 1996) foi amplamente discutido e referendado na XXIX Convenção Nacional da ABESS, como documento base da revisão do currículo mínimo em curso. No entanto, embora naquela ocasião não tenha existido um questionamento global do raciocínio proposto, apontou-se uma ressalva importante: a necessidade de explicitar melhor o que se entende por questão social, bem como as mediações teórico-históricas entre este campo temático e a revisão curricular.

A perspectiva é, então, aprofundar a compreensão da questão social como o elemento que dá concretude à profissão, ou seja, que é "sua base de fundação histórico-social na realidade", e que nesta qualidade,

2. Texto de autoria de Elaine Rossetti Behring, Professora Assistente da Faculdade de Serviço Social da UERJ e Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social — CFESS.

portanto, deve constituir o eixo ordenador do currículo. Cabe, aqui, retomar alguns elementos básicos do raciocínio do documento da ABESS quanto à questão social e seu "novo" estatuto no projeto de formação profissional engendrado pelo Serviço Social brasileiro da década de 90.

Como caudatária do projeto político-profissional dos anos 80, a proposta de revisão do currículo mínimo atual reconhece que a realidade social brasileira já era colocada como centro nos debates que conduziram ao currículo de 1982. Nesse sentido, apontar a questão social como eixo ordenador não constitui exatamente uma novidade. Trata-se da realização, hoje, de uma direção anunciada naquele momento, a qual foi sobreposta por um conjunto de exigências teórico-políticas de qualificação profissional e capacitação docente que levou ao acerto de contas teórico-metodológico que perpassou a década de 80, cujas linhas gerais estão publicadas nos *Cadernos ABESS*, especialmente o número três. A maior conseqüência aqui foi privilegiar as disciplinas de história, teoria e metodologia como eixo básico, desvinculado dos elementos que dão substância à profissão, na realidade brasileira, e de sua dimensão operativa. Segundo a proposta que está em discussão, tais disciplinas devem constituir pressupostos que perpassam todo o processo formativo e são articuladas pelo núcleo básico da questão social.

Os processos de revisão dos currículos plenos, de fins dos anos 80 e início dos 90, estiveram atentos aos limites do currículo de 1982 e procuraram engendrar novos caminhos que repercutiram nos debates recentes da revisão curricular, muitas vezes como polêmicas. É o caso da proposição da política social como núcleo básico. Ainda que esta perspectiva identificasse componentes e mediações essenciais da ação profissional, esteve distante de configurar o componente essencial que na realidade demanda esta especialização do trabalho coletivo, do que decorre seu caráter restritivo como núcleo básico, mesmo que a política social seja um eixo importantíssimo e complementar ao que está sendo proposto.

Outra direção apontada foi a proteção social, cuja fundamentação tendeu a obscurecer a particularidade histórica que reveste a profissionalização do Serviço Social, ao ressaltar as regularidades históricas de longa duração que perpassam o conjunto das expressões da proteção social — sobretudo quanto aos usos e costumes culturais — ao longo dos tempos. Dessa forma, fica diluída a compreensão do Serviço Social como uma configuração particular da divisão social do trabalho, típica do capitalismo em sua fase monopolista — e, se lançamos mão da periodização de Mandel, típica da passagem do imperialismo clássico para o capitalismo tardio (BEHRING, 1993) — bem como o sentido da

atividade profissional na contemporaneidade, que se altera à medida que muda o padrão de acumulação e conseqüentemente de regulação social. Com isso não se quer negar a riqueza de possibilidades que existe no estudo dos fenômenos de larga duração, como nos mostram as descobertas de E. P. Thompson e F. Braudel ou as reflexões de um Walter Benjamim. Porém, tal perspectiva é claramente insuficiente para fundamentar uma ontologia do Serviço Social, sobretudo quando se distancia irrevogavelmente de formulações sem as quais a tradição marxista perde sua substância e força, como a lei do valor, por exemplo.

Na verdade, as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas — em geral setorizados e fragmentados — às expressões multifacetadas e complexas da questão social no capitalismo. A questão social se expressa em suas refrações (NETTO, 1992) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. Contudo, sua gênese está na maneira com que os homens se organizam para produzir em um determinado momento histórico e que tem continuidade na esfera da reprodução social.

Vale destacar que quando se fala em produção e reprodução das relações sociais inscritas em um momento histórico, sendo a questão social uma reflexão deste processo, trata-se da produção e reprodução — movimentos inseparáveis na totalidade concreta — de condições de vida, de cultura e de riqueza. Não há, pois, nenhuma redução à dimensão econômica ou à dimensão política, ou à dimensão cultural, de onde se evitam as interpretações unilaterais dos processos sociais e os monocausalismos de várias espécies, sobretudo nestes tempos de fragmentação e pós-modernismo. Tal perspectiva de abordagem da questão social está claramente delineada no texto aprovado pelo plenário de Recife, quando se aponta a "apreensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, particulares e singulares, em seus componentes de objetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentado em categorias que emanam da teoria crítica" (ABESS, 1996: 152).

Poder-se-ia argumentar que, a rigor, a categoria de questão social não pertence ao quadro conceitual da teoria crítica, diga-se, da tradição marxista. Chega-se mesmo a dizer que colocar a questão social no centro do projeto de formação profissional seria retomar a idéia de "situação social-problema", tão cara ao Serviço Social tradicional. Dentro disso, esta seria uma proposição paradoxal, diante da orientação teórica adotada pela revisão curricular e aprovada na Convenção da ABESS.

Observemos cuidadosamente estes argumentos. Em primeiro lugar, vale lembrar que está na base do trabalho teórico presente na crítica da

economia política empreendida por Marx, com a colaboração de Engels, a perspectiva de desvendar a gênese da desigualdade social no capitalismo, tendo em vista instrumentalizar o sujeito político — no caso, o movimento operário — para sua superação. Este processo — a configuração da desigualdade e as respostas a ela engendradas pelos sujeitos — se expressa na realidade, de forma multifacetada, através da questão social. Deste ponto de vista, é correto afirmar que a tradição marxista empreende, desde Marx e Engels até os dias de hoje, um esforço explicativo acerca da questão social, já que o que está subjacente às suas manifestações concretas é o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é o crescimento relativo da pauperização. Esta última é expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital — o que implica num predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo — promove a exclusão em larga escala.

O estudo de David HARVEY (1993) acerca das expressões destas tendências constitutivas do mundo do capital no capitalismo contemporâneo é repleto de indicações acerca da potenciação da constituição de uma superpopulação relativa sobrante, com o que vem ganhando destaque o debate acerca do desemprego estrutural. Outro aspecto aqui é que a lei do valor não trata apenas da produção de mercadorias na sua dimensão econômica. Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o *trabalho* é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo refere-se, sobretudo, à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais. Se sua base material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, costumes e vida. Esta dimensão de totalidade, incitada pelo número da questão social, é o que propicia a riqueza da direção ora proposta para o projeto de formação profissional do Serviço Social. É uma reconciliação com a realidade, não no sentido pragmático do passado, mas a partir do acúmulo e da maturidade teórico-metodológicos recentemente alcançados.

Portanto, é esse elemento essencial descoberto por Marx e desenvolvido pela tradição marxista, no acompanhamento das manifestações historicamente determinadas da totalidade concreta no decorrer deste século, que fundamenta a questão social e o que diferencia esta abordagem da ótica das situações sociais-problemas. Estas últimas, o Serviço Social tradicional esgotava-as em si mesmas, limitando-se, em geral, à descrição

de suas características e regularidades externas, não rompendo, portanto, com o véu da pseudoconcreticidade que envolve os fenômenos sociais no mundo do fetichismo da mercadoria e da reificação do capital (KOSIK, 1980). Dessa forma, a afirmação da questão social como núcleo básico não se contrapõe à perspectiva teórica adotada, pelo contrário, sem esta a questão social estaria ainda envolta em discursos/interpretações demagógicos, filantrópicos e superficiais.

Cabe lembrar que a profissionalização do Serviço Social, enquanto especialização do trabalho coletivo, está intimamente ligada à emersão da questão social no período já sinalizado do desenvolvimento do capitalismo, no qual o movimento operário já se coloca como classe *para si*, aglutinando forças para a superação da sociedade capitalista. Pois bem, o Serviço Social, no Brasil e no mundo, surge dentro da estratégia de dar um tratamento sistemático à questão social e de frear o movimento operário, por um lado, e no sentido de assegurar as condições gerais de reprodução do capital no fordismo-keynesianismo, por outro. Todos estes elementos são hoje bastante conhecidos e explorados na literatura profissional (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982; NETTO, 1996). Porém, como também já sabemos, o Serviço Social brasileiro vem buscando novos caminhos, sobretudo a partir de fins da década de 60, delineando um novo perfil profissional prático-crítico, do qual faz parte este momento de revisão curricular, cujo propósito é efetivar a "ruptura" prevista antes como "intenção" (numa alusão à "intenção de ruptura" de NETTO, 1996), aprofundando o distanciamento daqueles aportes básicos de caráter conservador. Disso faz parte colocar a questão social como centro — como nossa materialidade — e a idéia de processo de trabalho como uma forma de dar visibilidade ao conjunto de ações que inscrevem a profissionalidade e a função social da profissão como força produtiva. A preocupação com o processo de trabalho do Serviço Social está longe de reduzir-se ao debate acerca de instrumentais técnicos, mas os engloba. Afinal, nenhuma técnica se define fora de um contexto histórico e de uma opção teórico-metodológica.

Uma interpretação da questão social como elemento constitutivo da relação entre a profissão e a realidade social nesta linha tem algumas implicações. Trata-se de imprimir historicidade a este conceito, o que significa observar seus nexos causais, relacionados, como já foi dito, às formas da produção e reprodução sociais capitalistas, especialmente no capitalismo monopolista. Vislumbram-se, inclusive, os componentes de resistência e de ruptura presentes nas expressões e na constituição de formas de enfrentamento da questão social, ou seja, este conceito está impregnado de luta de classes.

Só com uma atitude teórico-metodológica plena de historicidade é possível compreender, evitando os impressionismos e as perplexidades do senso comum, as demandas renovadas, complexificadas, transformadas que as expressões da questão social contemporâneas colocam para a profissão. Neste sentido, este é um componente decisivo no projeto de formação profissional: preparar profissionais aptos a lidar, subjetiva e objetivamente, com a tão atual assertiva marxiana de que tudo o que é sólido se esfuma rapidamente, em um modo de produção e reprodução social cuja sobrevida depende de revolucionar permanentemente as forças produtivas e as relações sociais de produção. A este desafio do projeto que se propõe, segue o de imprimir esta direção social, ou seja, realizar a transformação criativa da matéria-prima do nosso trabalho, na perspectiva de fortalecer o componente de resistência, de ruptura com as expressões dramáticas da questão social na realidade brasileira, com as quais o Serviço Social se depara cotidianamente no exercício profissional.

Segundo os analistas das áreas econômica e social, o Brasil foi o país que mais cresceu nos últimos 50 anos, com um profundo, acelerado e contundente espraiamento de relações capitalistas no campo e na cidade. Considerando o PIB como um indicador de saúde econômica, o Brasil teve, entre 1965 e 1988, uma taxa média de crescimento anual de 3,6%, segundo o Banco Mundial (1990). No entanto, este indicador, na verdade, escamoteia o desastre das "opções" brasileiras de desenvolvimento, marcadas pelo autoritarismo na política e pela máxima "deixar crescer o bolo para dividir", na economia. Além de esconder as taxas de crescimento negativas da chamada "década perdida" — a década de 80 — bem como os enormes desníveis regionais deste desenvolvimento, dilui uma característica central da sociedade brasileira, qual seja, a de possuir a maior concentração de renda e riqueza do mundo, e não explica a grande Calcutá brasileira da década de 90 — os índices alarmantes de exclusão social. Se é verdade que qualquer opção de desenvolvimento capitalista não prescinde de uma superpopulação relativa, ou seja, que não existe possibilidade de combinar acumulação capitalista com eqüidade, a forma singular que este desenvolvimento assume no Brasil chama atenção pelo seu custo social, que compromete o futuro de muitas gerações de brasileiros.

Estes processos não são apenas econômicos. A hegemonia na condução de uma política tão excludente só ocorre quando há força — o pós-64, por exemplo — ou elementos de cultura política que tornam o solo fértil para as sementes da dominação e da submissão. No Brasil, a combinação destas duas vias tem sido profícua para uma espantosa capacidade da burguesia brasileira de conduzir mudanças pelo alto

(COUTINHO, 1989) e superar crises. Fazem parte do arsenal de práticas desencadeadas pelo Estado brasileiro — extremamente privatizado — o populismo, o clientelismo e a cultura da inflação, dentre outros elementos, sem falar do poder da mídia como formadora de opinião. Ainda que existam componentes de resistência — um movimento operário e popular ativo, que conseguiu delinear legalmente, pelo menos, um esboço de espaço público, expresso na Constituição de 1988 — as condições de contrapor um projeto contra-hegemônico estão especialmente difíceis. O contexto do avanço do neoliberalismo, no Brasil e no mundo, com seus matizes diferenciados, promove uma profunda insegurança da existência com a perspectiva do desemprego estrutural apontada para a maioria dos trabalhadores, a partir das recentes mudanças no mundo do trabalho, acompanhadas da desregulamentação e do corte dos gastos públicos na área social, que constituem o cerne desta perspectiva.

Aqui está, portanto, o grande desafio que esta revisão curricular propõe àqueles cuja matéria é, cotidianamente, lidar com as seqüelas decorrentes destes processos: *conhecer* as muitas faces deste custo social, da questão social no Brasil, das quais a mais perversa é a *exclusão* econômica, política, social e cultural de milhões de pessoas. Até porque estas são, majoritariamente, usuárias dos serviços sociais. Mas não se trata apenas de ter uma interpretação genérica do fenômeno da exclusão. Para formular respostas criativas ao seu enfrentamento, no âmbito das políticas sociais públicas e privadas, é imprescindível conhecer as condições em que se vivencia a exclusão e as representações que os excluídos fazem de suas vidas. Nesse sentido, vale destacar, por exemplo, o esforço investigativo de YAZBEK (1995), que delineia um perfil dos usuários dos serviços sociais na cidade de São Paulo, na perspectiva de subsidiar a reflexão sobre a política de assistência social. É a partir dos elementos inscritos na materialidade do nosso fazer profissional que se podem criar estratégias de intervenção. Portanto, é necessário, imprescindível, conhecer esta matéria — a questão social brasileira.

A partir desta compreensão é que a questão social se apresenta como um eixo central capaz de articular a *gênese* das seqüelas inerentes ao modo de produzir-se e reproduzir-se do capitalismo contemporâneo, o que envolve as mudanças no mundo do trabalho; suas *manifestações e expressões concretas* na realidade social, particularmente a exclusão social; as *estratégias de seu enfrentamento* articuladas pelas classes sociais e o papel do Estado neste processo; e, por fim, os desafios teóricos, políticos e técnico-operativos postos ao Serviço Social para seu desvelamento e processo de trabalho.

Processo de trabalho do Serviço Social[3]

Quando consideramos a formação profissional e a tarefa da revisão curricular, temos à nossa frente a exigência de definição de um projeto teórico-metodológico e ético-político para a profissão.

O currículo mínimo expressa um dado patamar onde se articulam os pressupostos deste projeto, através da construção de matérias e conteúdos nacionalmente considerados como exigências básicas de qualificação teórico-prática do Serviço Social.

Para além de um enquadramento legal, o currículo mínimo adquire concretude e visibilidade na forma como as diversas unidades de ensino debatem, constroem e negociam seus currículos plenos.

A revisão curricular encerra, assim, um conjunto de diretrizes que devem orientar o debate de nossa categoria.

A aprovação do documento da ABESS/CEDEPSS destacou algumas ressalvas, entre as quais delineamos a necessidade de aprofundamento interno do "núcleo de fundamentação do trabalho profissional" e de maior articulação horizontal entre os três núcleos.[4]

Incorporando e reelaborando estas ressalvas é que propomos iniciar nossas reflexões a partir do terceiro núcleo, como caminho metodológico para o exame dos níveis de particularidade e integração entre os três núcleos de fundamentação.

Iniciar pelo Serviço Social não encerra, contudo, uma dimensão endógena. Antes, significa explicitar os fundamentos que vinculam esta profissão à realidade brasileira, recuperando seus nexos de construção e atualização históricos.

Propomos, assim, deslindar inicialmente as mediações fundantes desta profissão, partindo de um campo teórico explicitado no documento da ABESS/CEDEPSS que afirma que "o significado sócio-histórico e ídeo-político do Serviço Social está inscrito no conjunto de práticas sociais que são acionadas pelas classes e mediadas pelo Estado, em face das seqüelas da questão social (...) Afirma-se que a particularidade do Serviço Social, como especialização do trabalho coletivo, inscrito na

3. Texto de autoria de Isabel Cristina da Costa Cardoso, Professora Assistente da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

4. Os três núcleos propostos pelo referido documento, como conteúdos indissociáveis da formação profissional, são: 1) núcleo de fundamentação teórico-histórica das configurações sócio-econômicas, culturais, políticas e teóricas do ser social; 2) núcleo de fundamentação da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira inserida na divisão internacional do trabalho e; 3) núcleo de fundamentação do trabalho profissional.

divisão social e técnica do trabalho, está organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da questão social e às formas históricas do seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado" (1996: 154).

Este é um dos pressupostos mais importantes do Serviço Social e, ao mesmo tempo, o maior desafio do processo de revisão curricular em curso. Nossa tarefa é, portanto, traduzir as noções de trabalho, de questão social, de Estado e de classes sociais, entre outras, à medida que se captam processos e elementos estruturantes da realidade social e do Serviço Social. Não se trata de formulações apenas teóricas, abstratamente construídas, mas, sim, de fundamentos e mediações que organizam a vida social na formação capitalista brasileira e que fornecem os nexos de compreensão do trabalho enquanto elemento central da atividade humana, balizado pelas forças e relações ao mesmo tempo instituídas e instituintes na sociedade burguesa.[5]

Resgatar a prática do Serviço Social enquanto trabalho significa recuperar, no âmbito das particularidades profissionais, aquelas forças e relações e seus sujeitos de classes. É revisitar a história do Serviço Social partindo de um olhar que, ao se preocupar com a totalidade do ser e dos fenômenos sociais, busca reunir e reinterpretar o que ficou disperso e fragmentado nesta trajetória de pensar e fazer do Serviço Social.

É com esta perspectiva que propomos aprofundar as particularidades e mediações existentes entre os três núcleos de fundamentação da proposta de formação profissional. As reflexões e considerações estabelecidas por este documento, através dos campos temáticos da questão social, do processo de trabalho do Serviço Social e da relação entre formação profissional e universidade brasileira, reportam-se, assim, a este objetivo.

A passagem de uma atividade vinculada às práticas do apostolado social à condição de trabalho assalariado expressou, historicamente, uma mudança fundamental no significado e no conteúdo do trabalho do Serviço Social. O alcance e a direção destas mudanças só se tornam compreensíveis se as articulamos à própria configuração das ações do Estado e das

5. A partir desta perspectiva evidencia-se que a articulação entre os núcleos não é apenas uma formalidade. Assim, a demarcação do trabalho como elemento da vida social pressupõe a delimitação dos conhecimentos teóricos necessários ao desvendamento da constituição do ser social na ordem burguesa, a contextualização da formação social brasileira e dos processos que caracterizam as particularidades de sua trajetória histórica e o desvendamento dos nexos de vinculação e construção sócio-histórica do Serviço Social na realidade brasileira.

classes sociais sobre o campo da questão social, na trajetória do desenvolvimento capitalista brasileiro.

A inserção do Brasil nos processos de produção industrial e acumulação capitalista — marcada desde as suas origens por um perfil de desenvolvimento dependente e excludente — alterou tanto as relações e condições de produção material quanto a produção e reprodução da vida social. Neste sentido, verificamos que, na transição aos anos 30 e especialmente a partir da década de 40, as intervenções do Estado e da iniciativa privada, notadamente as ações da burguesia industrial, convergiram para a formação de estratégias de controle das condições sócio-econômicas e ídeo-políticas da reprodução social da força de trabalho industrial. O conjunto destas estratégias articulava-se às próprias demandas do processo de produção e às relações entre Estado e classes sociais.

Não obstante a coexistência de ações públicas e privadas sobre o campo da reprodução social, o Estado brasileiro, no período sinalizado, emerge como principal instância organizadora e prestadora de políticas assistenciais.

São exemplos deste padrão de intervenção pública e privada sobre a questão social, no Brasil, o aprofundamento da legislação social e, a partir deste, dos mecanismos de regulação do trabalho industrial; a criação de estabelecimentos assistenciais, como a LBA, e previdenciários, como as Caixas de Aposentadorias e Pensões e os IAPS, e, posteriormente, a unificação destes em torno de uma política previdenciária pública; o surgimento de instâncias privadas de prestação de serviços sociais, como o SESI e o SESC.

O conteúdo e o caráter social do trabalho do Serviço Social historicamente estiveram associados às exigências de controle e disciplinamento das condições de reprodução social da força de trabalho no Brasil, alicerçadas sobre relações de desigualdade e processo de exclusão social. Assim, foi sobre o campo das refrações da questão social que o Assistente Social foi chamado a se profissionalizar e a construir os horizontes do seu próprio trabalho.

Não nos interessa, nos limites deste documento, analisar a história do Serviço Social, mas sim extrair deste processo histórico os elementos fundantes da prática do Serviço Social enquanto trabalho.

Note-se que o eixo teoria, história e método deve ser repensado e inserido a partir desta consideração. Neste sentido, implica uma revisão na forma como este eixo vem sendo incorporado e trabalhado pelos currículos plenos, e como se encontra organizado, em termos de matérias e conteúdos, no atual currículo mínimo.

Tomando como ponto de partida os três elementos clássicos que constituem o processo de trabalho, na concepção de Marx, encontramos os instrumentos de trabalho, o objeto sobre o qual o homem se debruça em sua tarefa laborativa e a atividade propriamente dita — o próprio trabalho. A partir destes três elementos, podemos estabelecer algumas mediações importantes entre o conceito do processo de trabalho e a forma de intervenção e organização do Serviço Social na divisão social do trabalho (FRANCISCO & CARDOSO, 1995).

A primeira observação que demarcamos diz respeito à relação entre o assistente social, enquanto força de trabalho, e os instrumentos de trabalho que este aciona em sua atividade laborativa. As reflexões tecidas a partir dessa relação já se inscrevem no movimento de articulação entre os núcleos de fundamentação do ser social e do trabalho profissional.

Note-se que, desde sua origem, o Serviço Social vem acumulando um acervo de conhecimentos teórico-políticos e de técnicas de intervenção que é caudatário do conhecimento social gerado pela e sobre a sociedade. Este conjunto de conhecimentos e aparatos técnicos se concretiza na intervenção do Serviço Social enquanto campo de habilidades e de saberes que expressam um determinado reconhecimento social do trabalho profissional.

O caráter social manifesta-se no conteúdo do trabalho profissional que deixa de ser privado para transformar-se em um trabalho geral, orientado para um "produto" socialmente necessário e legitimado enquanto tal. Assim, o pressuposto da inserção profissional na divisão social e técnica do trabalho reside nesta transformação, ou seja, na possibilidade de expressar e realizar um trabalho demandado socialmente, que só se realiza no interior do trabalho coletivo e como uma especialização deste.

Historicamente este caráter social correspondeu ao deslocamento do conteúdo voluntário do trabalho do Serviço Social, vinculado às ações privadas da Igreja e de frações da burguesia industrial sobre a questão social, para a condição de trabalho assalariado, demandado socialmente para intervir sobre o campo da questão social a partir do contexto sócio-institucional das políticas assistenciais do Estado.

Destaca-se o fato de que o referido deslocamento não foi gestado pelo Serviço Social mas, sim, pelo movimento das classes e destas com o Estado, a partir das novas demandas e requisições postas pela reprodução das relações sociais de produção capitalista no Brasil. Partindo deste pressuposto, a inserção do Serviço Social na divisão social do trabalho sofreu, ao longo de sua trajetória, as inflexões dos processos de desenvolvimento do Estado brasileiro, das estratégias de produção e acumulação capitalista e da luta de classes.

Voltando à questão dos instrumentos de trabalho, verificamos que o fato de possuir conhecimentos e habilidades aprendidas durante um dado processo de formação profissional não eleva o exercício do trabalho do Serviço Social à condição autônoma.

Ao construir socialmente o seu significado vinculado aos mecanismos institucionais de enfrentamento da questão social, através das políticas sociais, o assistente social — para transformar sua força de trabalho enquanto potência, em trabalho realizado em ação — necessita vender sua força de trabalho àqueles que detém os recursos e os instrumentos que organizam e operacionalizam sua atividade.

Identifica-se, assim, que a condição de trabalho assalariado não inscreveu o Serviço Social apenas no circuito de troca e venda da força de trabalho mas, fundamentalmente, alterou o enquadramento de sua inserção sócio-institucional na realidade brasileira.

Ao se vincular à realidade como especialização do trabalho, o Serviço Social sofreu um processo de organização social de sua atividade. Ou seja, passou a se movimentar e a se organizar a partir de um determinado processo de trabalho. Frente a este, objetos, instrumentos, atividades, papéis e funções são criados histórica e socialmente, passando a compor seu cotidiano laborativo. Por outro lado, todo processo de trabalho encerra uma teleologia, isto é, uma finalidade e um conteúdo com vistas à produção de um dado resultado.

Verifica-se, desta forma, que os elementos que compõem o processo de trabalho são indissociáveis. A partir desta condição, os elementos teóricos, a orientação político-ideológica e os aparatos técnicos são acionados como meios que estabelecem finalidades à ação e como instrumentos de trabalho que convergem para um dado campo de objetivos, planejados como resultados sobre o objeto da atuação do Serviço Social.

Não obstante, todo trabalho é atividade humana e, portanto, é exercido por sujeitos de classe. Partindo desta condição, não podemos esquecer que, enquanto sujeito, o Assistente Social ingressa no mundo do trabalho com as marcas de uma formação que é, ao mesmo tempo, cultural, política e social. Neste sentido, as experiências gestadas por este sujeito profissional, e que conformam sua condição de trabalhador, expressam formas reais de mediação entre as condições sociais objetivas — que organizam a sociedade e o movimento das classes — e os processos particulares que atravessam a constituição do Serviço Social.

Note-se que é na interseção entre os três núcleos de fundamentação da formação profissional que estes processos podem e devem ser desvelados.

Trata-se, assim, de considerar que o assistente social constrói uma herança cultural que se interpõe ao seu processo de trabalho como elemento ativo. Enquanto fenômeno histórico, esta herança cultural sofre as inflexões de movimentos de rupturas e continuidades, de conservação e renovação que se expressam nas formas de pensar e de fazer do Serviço Social e nas representações construídas sobre si próprio.

Depreende-se, então, que são as condições objetivas e subjetivas que interagem na conformação da sociedade e do próprio Serviço Social e que constroem os níveis de experiência e consciência possíveis dos Assistentes Sociais enquanto sujeitos de classes.

A partir deste marco de compreensão histórica, podemos verificar que componentes aparentemente dispersos — como o forte traço que demarca a condição de gênero do Serviço Social; a recorrência a valores de messianismo e voluntarismo, postos por nossa tradição e filiação religiosa; o conteúdo tutelar dos próprios serviços sociais no Brasil, que associa a intervenção neste campo às práticas de controle e benemerência; os componentes de subalternidade que marcam nossa trajetória intelectual e nossas relações com as demais especializações do trabalho coletivo; entre outros elementos — convergiram e permanecem organizando a inserção social do trabalho do Serviço Social e a constituição histórica desta profissão.

Porém, estas condições e a possibilidade de sua ultrapassagem não são meras expressões de condições objetivas que atuam como forças deterministas da atividade e do conteúdo do trabalho do Serviço Social. Significa antes que, paralelamente às condições objetivas, a força de trabalho eleva-se como elemento propulsor e criativo do trabalho e, nesta condição, insere-se como sujeito de sua própria história e da história social.

A vinculação histórica de nosso valor de uso ao campo da reprodução social e, a partir desta, aos mecanismos institucionais das políticas sociais, não deve encerrar nossa análise apenas à consideração do processo de trabalho. Ou melhor, quando consideramos o processo de produção capitalista pressupomos dois momentos interdependentes: o processo de trabalho e o processo de valorização. No primeiro, a atividade humana é considerada enquanto trabalho útil, produtora de valores de uso (trabalho concreto). Já no segundo, a atividade é considerada apenas enquanto tempo de trabalho social gasto para a produção de valor (trabalho abstrato). O que está em jogo, no processo de valorização, são os aspectos quantitativos do trabalho e não os qualitativos.

Para produzir uma dada mercadoria, torna-se necessário que a força de trabalho tenha a capacidade de expressar e realizar valores de uso

que se incorporam aos produtos do trabalho e se voltam para o atendimento de necessidades humanas.

Porém a essência da forma mercadoria não se esgota nos fundamentos ou critérios qualitativos de satisfação de necessidades. Esta ainda se expressa como grandeza social, enquanto valor de troca. Este tipo específico de valor nada tem a ver com a utilidade ou qualidade intrínsecas da mercadoria, e sim com o trabalho abstrato, que se materializa nas diferentes mercadorias.

É o trabalho humano que confere valor às mercadorias e a sua quantificação é que possibilita diferenciá-las e, ao mesmo tempo, torná-las equivalentes. A quantificação ou o cálculo da grandeza do valor de uma mercadoria expressa-se no tempo de trabalho socialmente necessário à produção de um valor de uso (CARDOSO, 1996).

Quando entra no circuito da troca, uma mercadoria é considerada, portanto, não como uma mercadoria única, mas como exemplar médio, onde o que importa é a quantidade de trabalho nela incorporada, a duração do tempo de trabalho socialmente necessário à produção (ibidem, 1996).

O consumo produtivo da força de trabalho expressa esta relação entre processo de trabalho e processo de valorização. A geração de mais-valia refere-se, portanto, ao trabalho consumido produtivamente pelo capital.

Torna-se necessário estabelecermos as mediações entre trabalhos produtivo e improdutivo,[6] ao considerarmos que a atuação do assistente social se materializa em espaços de trabalho que se movimentam por conteúdos e objetivos distintos quando articulados ao processo mais geral de produção e valorização capitalista.

Os estabelecimentos públicos e privados das políticas sociais, onde se inserem os Assistentes Sociais, situam-se na esfera de prestação de serviços. Porém, enquanto as políticas sociais de corte empresarial perseguem objetivos de lucratividade, as políticas sociais implementadas pelo Estado são organizadas a partir de critérios distintos, como a redistribuição da mais-valia apropriada pelos mecanismos de captação e constituição do fundo público.

Mesmo considerando-se as orientações neoliberais sobre as ações do Estado no campo das políticas sociais — como aprofundamento dos critérios de focalização, segmentação e privatização — a lógica subjacente

6. Os trabalhos improdutivo e produtivo, no campo do processo de valorização, dizem respeito fundamentalmente à produção ou não de mais-valia.

à ação do Estado não é a da realização do lucro na esfera da circulação dos serviços e benefícios sociais públicos, mediante a extração de mais-valia.

Não pretendemos afirmar que o Estado brasileiro se posiciona de forma neutra frente ao processo de produção capitalista e suas demandas de acumulação e valorização. Nem, tão pouco, é nossa pretensão negar que a própria noção e utilização do fundo público no Brasil se pautam por conteúdos de privilégio dos interesses privados. Nosso objetivo é o de demarcar a necessária diferenciação que permeia os objetos e objetivos institucionais das políticas sociais de corte público e privado-empresarial e que se manifesta, também, em formas diferenciadas de realização e consumo da força de trabalho do Assistente Social.

A lógica capitalista — que também se faz presente através da modalidade de ação do Estado enquanto Estado-empresário — para alcançar os objetivos do processo de valorização, pressupõe sua difusão e reprodução de forma ampliada e não focalizada em uma única esfera econômica, como a industrial. Assim, não é o simples fato de se localizar em uma esfera de serviços que faz do trabalho do Serviço Social um trabalho improdutivo.

Faz-se necessário destacar que a consideração do trabalho do Assistente Social articulado ao processo de valorização não se encontra suficientemente analisada pela literatura profissional. Logo, um conjunto de questões abre-se ao debate e à investigação sobre as particularidades e mediações necessárias para o trato da relação entre trabalhos improdutivo e produtivo, no Serviço Social.

Efetuada esta demarcação teórica e política chegamos a um ponto central no estudo do processo de trabalho do Serviço Social: *historicamente, o valor de uso da força de trabalho do Serviço Social está relacionado às necessidades de controle e disciplinamento da reprodução social da força de trabalho.* Este conteúdo, por sua vez, articula-se às demandas postas pelo processo de acumulação capitalista e pelo movimento de reprodução das condições objetivas e subjetivas da vida social, que se expressam na constituição e organização do campo das políticas sociais.

A partir deste perfil histórico-social foi construída e reconhecida a relevância do trabalho do Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo.

Não obstante, parcela significativa da literatura contemporânea do Serviço Social, ao analisar a profissão, parte do reconhecimento deste campo de necessidades sociais, mas avança no sentido de delimitar a construção de objetivos, valores, funções e conhecimentos que se diferenciem desta requisição clássica e se aproximem das demandas e interesses dos diversos segmentos sociais da classe trabalhadora e daqueles excluídos do próprio mundo do trabalho. Esta demarcação não significa, contudo, a negação do perfil contraditório do trabalho do Serviço Social. Como afirma MOTA, "esta inversão do nexo de requisição da prática, contudo, depende das condições objetivas, da consciência social dos seus agentes e do grau de relativa autonomia técnica da profissão" (1987: 117).

Subjacente a esta concepção encontramos a idéia de que o Serviço Social deve ser capaz de desmistificar e ultrapassar a concepção disciplinadora sobre o valor de uso de sua força de trabalho, que demarca conteúdos limitadores à sua atividade.

Vale ressaltar que esta perspectiva encontra ressonância nas formulações teóricas e político-ideológicas da categoria profissional, aprofundadas na transição aos anos 80, acerca do questionamento da própria profissão e da realidade social brasileira. São expressões destas formulações o atual código de ética do Serviço Social, a literatura profissional, o processo de revisão curricular engendrado a partir de 1982, bem como os diversos espaços e fóruns de reflexão e deliberação coletivos da categoria.

Para além de nosso acervo crítico, a interpretação sobre o processo de trabalho não pode se desvincular do movimento do real, sob pena de se autonomizar em uma esfera ideal. Há que se considerar, portanto, os elementos que perpassam contemporaneamente o Estado brasileiro e a ação das classes e que se colocam ao processo de trabalho do Serviço Social como vetores obstaculizadores ou potencializadores de sua atividade.

Pautando-nos por esta preocupação é que chamamos a atenção para o frágil acúmulo que os esforços de sistematização e teorização do processo de trabalho do Serviço Social alcançou. Não se trata de negar ou secundarizar aqueles avanços teóricos e políticos mencionados, mas de demarcar sua necessária e urgente tradução em formas de pensar e intervir que qualifiquem o trabalho do Serviço Social sobre as sempre reatualizadas expressões da questão social.

Ao nos voltarmos para a realidade social brasileira, identificamos que a chamada "questão social" se apresenta ao Serviço Social previamente organizada social e institucionalmente. Assim, o Assistente Social é chamado a atuar sobre áreas ou campos específicos de necessidades sociais que se segmentam a partir de critérios como o recorte de uma política social — saúde, habitação, assistência etc. — ou de uma dada população alvo — como criança, adolescente e idoso. Estes critérios, ao se intercruzarem, conferem novas mediações para o trato da questão social no plano institucional, abrindo campos ou programas específicos como saúde da mulher, assistência ao idoso, entre tantos exemplos.

A fragmentação das necessidades sociais e dos objetos institucionais revela diferentes facetas ou expressões da questão social. Interessa destacar que este movimento passa, também, a organizar o trabalho das diferentes especializações profissionais e de uma mesma profissão, como o Serviço Social, criando campos de atuação, alguns chamados, inclusive, como novas demandas, que — se não estiverem voltados para um esforço permanente de inserção de realidades ou fenômenos particulares na totalidade da vida social — podem reproduzir a fragmentação social e institucional da questão social.

O objeto da atuação profissional é também um objeto de atuação institucional que funda a legitimidade e o reconhecimento dos próprios estabelecimentos empregadores do Serviço Social. No interior destes, há uma organização interna de objetivos, instrumentos de trabalho, rotinas, procedimentos, critérios de elegibilidade, entre outros elementos que demarcam os limites e as convergências entre os diferentes tipos de especializações do trabalho e os sujeitos demandatários dos serviços sociais.

Acrescenta-se a esta racionalidade uma dada forma de construção das relações de poder capaz de qualificar e desqualificar campos de práticas e de discursos entre os atores institucionais.

O documento da ABESS/CEDEPSS (1996), ao refletir sobre as demandas profissionais, enfatiza a ambivalência que demarca este campo, a partir das mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e nas ações do Estado e das classes sociais.

A aproximação a esta questão exige, portanto, o aprofundamento de uma agenda de estudos e investigações sobre as requisições e conteúdos do trabalho do Serviço Social, a partir da transição aos anos 90.

Um exemplo das chamadas "novas demandas" vem sendo atribuído às experiências conselhistas na área da saúde e assistência. Porém, mais importante que a adjetivação das demandas do trabalho profissional é a demarcação dos conteúdos da intervenção do Serviço Social. A questão desloca-se, portanto, para algumas perguntas iniciais: — Quais necessidades sociais organizam e fundamentam as demandas do trabalho do Serviço Social? — Quais os processos de institucionalização destas necessidades que emergem, hoje, na sociedade brasileira, através da ação do Estado e das classes sociais, como parâmetros de organização e intervenção sobre as mesmas?

Estas questões adquirem centralidade pois, ao falar de demandas, pressupõe-se um dado recorte de necessidades sociais e de padrões de intervenção. Assim, devemos nos indagar se as inflexões contemporâneas

no terreno das demandas profissionais relacionam-se, de forma mais significativa, a possíveis mudanças na forma de construção e reconhecimento das necessidades sociais na sociedade brasileira e/ou a alterações nos mecanismos públicos e privados de intervenção sobre estas necessidades.

Ao considerar, por exemplo, as demandas profissionais articuladas às experiências conselhistas ou aos programas de qualidade total implementados por organizações empresariais, torna-se necessário contextualizar os processos sócio-culturais e político-econômicos que revestem estas práticas.

Note-se que ambas as experiências convergem para o campo dos modelos de gestão, tão em voga nos dias atuais. Um novo ponto de interseção pode ser vislumbrado entre as duas esferas: o chamamento ou apelo às formas de administração participativa, abertas à ingerência de novos atores.

Assim, tanto os conselhos vinculados às políticas sociais — como os conselhos municipais de saúde — quanto os programas de qualidade no interior das empresas reivindicam, *em princípio*, uma inflexão ou ruptura com paradigmas anteriores de administração pública ou privada.

No caso dos conselhos estaduais, municipais ou distritais da política de saúde, é possível demarcar que a sua implementação guarda as ambivalências de projetos sociais e políticos distintos. Se é verdade que a luta em torno da reforma sanitária, levada a termo pelos movimentos sociais e por segmentos dos agentes profissionais e políticos da saúde, cristalizou um conjunto de princípios de luta — como a descentralização, a participação democrática da sociedade civil e a integração das ações de saúde, entre outros —, por outro lado, a sua tradução em um mecanismo legal, como a instituição dos conselhos, não significou automaticamente uma ruptura com as práticas de administração pública no interior desta política. Destacamos, notadamente, os aspectos orçamentários e de custeio da saúde e os mecanismos clientelistas e populistas que permanecem embasando a cultura política das ações do Estado com a sociedade civil.

Há que se considerar, portanto, o que de "novo" vem sendo implantado nas políticas sociais e demandado profissionalmente ao Serviço Social. O trabalho de assessoramento às lideranças e representantes comunitários, que perfaz hoje uma das requisições dos Assistentes Sociais nos espaços conselhistas, não é propriamente uma nova demanda. Por outro lado, o contexto e as relações que sedimentam, na atualidade, esta requisição não são os mesmos presentes à época das práticas de desen-

volvimento de comunidade ou das experiências gestadas nos anos 80, com os movimentos sociais.

A implementação dos conselhos caminha paralelamente ao aprofundamento de um conjunto de "modelos de gestão" das políticas sociais, onde conteúdos neoliberais se fazem presentes. Assim, são propostas mudanças nos mecanismos de planejamento e execução de políticas sociais, a partir de sistemas cooperativistas, de práticas de terceirização de serviços e da força de trabalho e de privatização.

Logo, as demandas postas ao processo de trabalho do Serviço Social caminham na interseção de projetos, práticas e discursos políticos distintos e que, por esta condição, conferem um grau significativo de ambivalência à dinâmica do trabalho profissional.

No plano empresarial, as demandas de atuação do Serviço Social sofrem, a partir dos anos 90, as inflexões do processo de reestruturação produtiva, onde se destacam alguns indicadores como os programas de qualidade total.

Não há estudos suficientes que nos permitam caracterizar, na atualidade, o perfil das requisições do Serviço Social junto a programas de qualidade. Contudo, é possível demarcar algumas considerações. A principal delas diz respeito ao agenciamento do conflito no interior das empresas, como um componente fundamental à geração de um novo tipo de comportamento produtivo por parte da força de trabalho.

Note-se que foi sobre este campo que a empresa sedimentou historicamente o perfil de sua requisição social por parte do Serviço Social. Porém, assim como no caso das experiências conselhistas, as relações do capitalismo contemporâneo na sociedade brasileira também trazem novas configurações à ação dos sujeitos no espaço da corporação empresarial.

A partir desta perspectiva alguns novos processos se interpõem às condições e relações de trabalho do Serviço Social, como as práticas de terceirização de serviços e subcontratação da força de trabalho; as novas tecnologias de produção e organização administrativas; e as mudanças nas estruturas de qualificação e emprego.

Estes elementos interagem no trabalho do Assistente Social como condicionantes de sua própria existência profissional, enquanto força de trabalho. Neste sentido, não se limitam a transformações epidérmicas, apenas existentes nos contextos e sujeitos externos ao seu trabalho.

Se, por um lado, a existência de práticas e políticas administrativas associadas à "cultura da qualidade" reivindica o caráter de "democratização" das relações de trabalho ou de "humanização do capital", como é mais

comumente utilizado pelo discurso gerencial, por outro lado, não tem logrado imprimir significativas mudanças no padrão de utilização da força de trabalho e das relações de trabalho no País.

O discurso da participação operária, que acompanha os manuais e os princípios de treinamento para a qualidade, reivindica a cooperação, a parceria e a integração como fundamentos das "novas" políticas de administração da força de trabalho. Contudo, criam-se programas de sugestão, círculos de controle de qualidade, times de qualidade, ao mesmo tempo em que se ampliam os níveis e achatamento salarial, os cortes drásticos na folha de pessoal e nos postos de trabalho e se desintegram os coletivos de trabalho.

A modernização é claramente conservadora e os seus resultados apontam para a complexificação da questão social nos horizontes intra e extra-empresariais.

É sobre esta dinâmica de exclusão, precarização e insegurança que o trabalho do Serviço Social vem se desenvolvendo nas grandes empresas capitalistas. Não precisaríamos de uma grande pesquisa nos estabelecimentos empresariais empregadores do Serviço Social, para descobrirmos que hoje algumas das principais demandas que chegam ao Assistente Social, por parte da força de trabalho, são os empréstimos financeiros e as questões afetas à saúde do trabalhador e de sua família.

Quando um trabalhador se "queixa" ao seu supervisor, por exemplo, sobre as dificuldades financeiras de sua vida e outras carências cotidianas, como justificativa para possíveis problemas no trabalho, este mesmo supervisor encaminha o trabalhador para o Serviço Social ou solicita ao profissional que procure o trabalhador.

Qual o fundamento que reside nesta requisição? Para além do fato de ser um profissional que atua na área de benefícios, o Serviço Social possui a função, quase sempre "silenciosa", de administrar o que é impossível de ser administrado. Ou seja, saber escutar, ser atencioso e demonstrar preocupação com as condições de vida da força de trabalho, que, no seu cotidiano, tornam-se palco das mais diversas dificuldades e inseguranças. A empresa não solucionará os problemas privados dos trabalhadores, mas demonstrará preocupação com os mesmos através de um profissional específico: o Assistente Social.

O acirramento da questão social no interior do mundo do trabalho pode levar, assim, à reatualização de demandas clássicas do Serviço Social, como o controle sobre a vida privada da força de trabalho.

Não se trata de uma simples reprodução daquela função, tendo em vista as particularidades do novo contexto do trabalho. O que importa

ressaltar é que, neste novo horizonte e frente às novas tendências do trabalho, não se encontra apenas a possibilidade de surgimento de novas demandas, mas também a reatualização de campos tradicionais de nossa intervenção.

Quanto às novas demandas, necessitaríamos de indicadores mais significativos, capazes de avaliar, entre outros elementos, se há alterações no perfil das qualificações e requisições dos Assistentes Sociais para atuar em áreas ou funções consideradas "novas" — como a assessoria a Recursos Humanos e a participação na política de treinamento, entre outros.

No momento, são frágeis ou simplesmente desconhecidos estes indicadores. Tal fato não deve impedir que projetemos demandas para o Serviço Social. Principalmente quando consideramos que o perfil de profissional "polivalente" demandado pelas empresas não significa necessariamente um enriquecimento das funções profissionais, mas substancialmente a supressão de algumas profissões.

Interessa-nos destacar que o processo de trabalho do Serviço Social se encontra profunda e particularmente enraizado em uma tensão fundamental, ou seja, na forma como a sociedade brasileira e os estabelecimentos empregadores do Serviço Social recortam e fragmentam as próprias necessidades do ser social e, a partir deste processo, como organizam os objetivos institucionais que se voltam para a intervenção sobre estas necessidades.

Esta tensão adquire centralidade para o processo de trabalho do Serviço Social pois, ao falar de questão social, estamos demarcando um vasto campo de situações onde sujeitos de classe experienciam cotidianamente relações de exclusão e desigualdade quanto ao atendimento de suas necessidades, as mais básicas inclusive.

Por outro lado, este campo pressupõe a possibilidade de luta contra as práticas de exclusão que reproduzem critérios mercantis, como balizadores das necessidades sociais, e as marcas de uma cultura política autoritária que obstrui a construção de uma esfera de direitos democráticos, na sociedade brasileira.

Vivemos o dia-a-dia destas contradições em nosso processo de trabalho quando, por exemplo, demarcamos as fronteiras de nossos objetivos profissionais para além dos objetivos institucionais; quando somos chamados a agenciar os diversos níveis de carência e a falta de recursos; quando presenciamos o sucateamento das políticas sociais e dos recursos que constituem parte importante de nossos instrumentos de trabalho; quando "escutamos" o relato de uma vida de carências na fala

de um "usuário"; quando somos requisitados a intervir sobre processos sociais que expressam conquistas por parte da sociedade civil, como as experiências conselhistas; ou, ainda, quando acumulamos forças e ampliamos alianças nos espaços institucionais.

Dentro dos horizontes deste documento devemos inserir e articular os avanços, já cristalizados ou a conquistar, em torno dos conhecimentos, das políticas e das experiências de trabalho do Serviço Social. Logo, o resgate das dimensões que revestem e fundam o trabalho do Serviço Social deve ser direcionado para uma intervenção teórica, metodológica, técnica e politicamente qualificada sobre as condições de alienação, desigualdade e exclusão que perpassam e reproduzem a vida social e o próprio trabalho na sociedade burguesa.

Note-se que ao falar em alienação estamos nos referindo aos processos de alienação do homem com relação aos produtos de sua atividade e à própria atividade. Tais processos, contudo, não são apenas econômicos, mas sociais, culturais e políticos. Neste sentido, instituições sociais também são produtoras de mecanismos de alienação entre o homem e sua "humanidade", fazendo com que os sujeitos sociais apareçam como objetos submetidos a um poder institucional que prevalece como força exterior, superior e natural aos próprios homens, e não como criação destes. Reforça-se, a partir destas relações, a alienação das condições de liberdade e criatividade humanas.

Ao destacarmos a questão da alienação não defendemos aqui nenhum componente voluntarista ou a-histórico ao Serviço Social. Ao contrário, nosso esforço tem sido o de delimitar a complexidade que envolve a consideração do processo de trabalho do Assistente Social como fenômeno histórico.

Porém, ao salientarmos os processos de alienação, queremos chamar a atenção para o fato de que, enquanto especialização do trabalho coletivo, o trabalho do Assistente Social também sofre as injunções destes processos. Sendo assim, enquanto trabalhadores devemos direcionar nossas lutas, nossos conhecimentos e nossa intervenção para a crítica ao trabalho alienado e às condições de submissão e estranhamento, na sociedade capitalista brasileira.

Logo, a valorização de princípios democráticos como a cidadania, a participação, o respeito à alteridade, a defesa da esfera pública, a universalização e integração das políticas sociais, entre outros, constitui um campo de luta ético-política e teórico-prática contra aqueles processos que fundam relações de desigualdade, exclusão e alienação, na sociedade brasileira.

O Assistente Social deve orientar sua ação para a desmistificação das condições e relações de trabalho que circunscrevem sua ação profissional. Porém, como sujeito profissional e político, deve apontar e imprimir esta direção, de forma ampla, para os espaços e relações institucionais onde se produzem e reproduzem formas de ser e viver alienadas, que se manifestam cotidianamente nas relações entre o Serviço Social e os demais atores profissionais, entre estes e a população usuária e, de forma mais ampla, entre o Estado e as classes sociais.

O caráter ampliado destas lutas expressa um dos obstáculos à visibilidade dos resultados ou "produtos" do trabalho do Serviço Social. Lidamos e intervimos sobre relações sociais mediadas, quase sempre, por um contexto de carência material.

Os indicadores destes resultados ou "produtos" do trabalho são, por esta razão, mais qualitativos do que quantitativos. Devemos pois, e com a máxima urgência, estabelecer os parâmetros para controle e visibilidade dos resultados de nosso trabalho. Se não o fizermos, o hiato criado por nossas dificuldades ou omissão será preenchido pelos princípios e dispositivos de produtividade neoliberais do Estado ou do empresariado.

Os conteúdos expostos neste documento objetivam explicitar os elementos teórico-metodológicos, éticos e técnico-políticos considerados essenciais ao estabelecimento de uma proposta curricular.

Cabe destacar, no entanto, que vários elementos extrapolam a montagem de um currículo mínimo e, neste sentido, estão referenciados ao currículo pleno e à própria concepção da formação profissional.

Ao recuperar a centralidade do trabalho na vida social, buscamos inserir as formas histórico-contemporâneas do trabalho do Serviço Social na sociedade brasileira. Contudo, este recorte teórico-metodológico, quando referenciado ao currículo, deve estabelecer as mediações necessárias com os demais recortes e áreas temáticas que circunscrevem a apreensão do Serviço Social e da realidade.

Assim, não é a simples transposição da temática "processo de trabalho" para o currículo mínimo, enquanto matéria, que estamos propondo ou reivindicando. Tal perspectiva seria, no mínimo, reducionista.

O elemento central a ser considerado diz respeito à direção marxista que, ao se abrir à interlocução teórica e política com as demais teorias sociais e disciplinas do conhecimento, busca imprimir uma perspectiva de atualização analítica para a apreensão dos fenômenos que circunscrevem a totalidade da vida social.

O pluralismo, enquanto princípio teórico e ético-político, deve ser claramente demarcado para que evitemos a reedição de equívocos passados

e presentes. Logo, a atualização do marxismo não pressupõe uma perspectiva eclética. O que está na base do princípio pluralista é a própria historicidade da vida social. A partir deste fundamento é que se impõe a exigência da atualização de nossos conhecimentos e habilidades, visando à apreensão da realidade e à melhor qualificação para a intervenção sobre a mesma.

Vivemos em um momento histórico francamente desfavorável às perspectivas teóricas e políticas que reivindicam o princípio de compreensão metodológica da totalidade social e a ruptura com a ordem social burguesa.

Hoje, o passaporte para a "modernidade" ou a "pós-modernidade" vem associado à implosão de conceitos como *trabalho, classes sociais, luta de classes*, entre outros.

Estamos diante, portanto, de um contexto de debate que encerra embates teóricos e políticos. O documento "*Proposta básica para o projeto de formação profissional*" (ABESS, 1996) recupera um compromisso com a trajetória de construção e reafirmação da direção social marxista no interior do Serviço Social. Esta perspectiva, que é hegemônica em nossa profissão, não pretende ser representativa de todas as tendências, mas se expressa com uma força vital e legítima nos diversos fóruns de deliberação do Serviço Social, nas entidades da categoria e na luta em torno da defesa e aprovação do código de ética, da lei de regulamentação da profissão e da LOAS.

A partir do referido documento e da análise estabelecida devemos concluir nossas reflexões sobre a integração entre os três núcleos de fundamentação da formação profissional.

Já afirmamos, anteriormente, que considerar o Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho coletivo pressupõe demarcar a centralidade da categoria trabalho como elemento estruturador da vida social. Como enfatiza o documento da ABESS/CEDEPSS: "O trabalho emerge, assim, como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis econômica e que não se separa de outras esferas, o que implica o desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e como tal desenvolver a liberdade" (1996: 168).

Subjacente a esta perspectiva encontramos os pressupostos da teoria social marxista, que reivindicam o tratamento do ser social enquanto totalidade histórica. Partindo desta direção social, a formação profissional deve buscar a interlocução com o acervo de conhecimentos científicos acumulado pelas diversas áreas do saber e cristalizado nas vertentes

teóricas clássicas e contemporâneas das chamadas ciências sociais e humanas.

Tradicionalmente esta interlocução se expressa, na formação profissional, através da delimitação de matérias curriculares que se vinculam às disciplinas voltadas para o conhecimento social, como Sociologia, Antropologia, Filosofia e Economia. A revisão curricular pressupõe, inicialmente, uma apreciação sobre esta interlocução e a forma como a mesma vem se traduzindo em nossas experiências curriculares.

Contudo, tal apreciação só adquire visibilidade quando explicitamos quais processos e relações são considerados como fundantes do ser social na ordem burguesa, sobre quais mediações estes se particularizam na sociedade brasileira, e como o Serviço Social se relaciona historicamente com os mesmos.

Uma agenda de questões abre-se ao debate da formação profissional. A crítica ao perfil generalista do Assistente Social — acompanhada pela denúncia dos limites do teoricismo, do politicismo e do pragmatismo — já se encontra razoavelmente explicitada em nosso seio.

A questão desloca-se, então, para a construção de um perfil profissional que expresse ao mesmo tempo uma competência teórico-metodológica, ética e técnico-política.

Se considerarmos que a graduação, enquanto um dos momentos da formação profissional, não encerra o único espaço possível de qualificação, bem como que, por maior que seja sua capacidade de articulação com o mercado de trabalho profissional, este não se torna um objeto plenamente apreendido em todas as suas tendências e diversidades, veremos que se torna ainda mais premente a tarefa de delimitação dos conteúdos considerados como mínimos necessários a este estágio da formação profissional.

Esta é uma preocupação que deve guiar os debates e propostas em torno do currículo mínimo. Assim, quando nos debruçamos sobre o primeiro núcleo de fundamentação da formação profissional devemos nos indagar quais conteúdos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais são fundamentais à instrumentalização teórico-prática do Serviço Social. Partindo deste campo identificaremos as mediações existentes entre os três núcleos propostos.

Note-se que a mediação entre os núcleos de "fundamentação téorico-histórica das configurações sócio-econômicas, culturais, políticas e teóricas do ser social" e de "fundamentação do trabalho profissional" se encontra, centralmente, no segundo núcleo, que trabalha as particularidades da sociedade brasileira.

Entre os conteúdos centrais deste último núcleo referido, já sinalizados pelo documento da ABESS/CEDEPSS, destacam-se o conhecimento sobre as formas históricas de organização, desenvolvimento e transformação do mundo do trabalho no Brasil; a formação e trajetória do Estado brasileiro, salientando-se o perfil das relações entre Estado e sociedade civil; as configurações históricas da ação do Estado e das classes sociais na constituição de uma esfera pública; o padrão da proteção social no Brasil e suas formas institucionais de corte público e privado; o movimento de constituição e desenvolvimento das classes sociais e dos sujeitos políticos e coletivos e seus processos de fragmentação contemporâneos; e as condições históricas e atuais de reprodução social daqueles segmentos sociais que vivem excluídos ou não do trabalho, considerando-se "sua composição e posição no processo produtivo; suas condições de vida e de trabalho; suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; suas formas de luta e de organização; suas aspirações práticas de resistência, contestação ou subalternidade que explicitem seu modo de viver e de pensar" (ABESS/CEDEPSS, 1996: 170).

A partir deste conjunto de questões, que se amplia à medida que investigamos a realidade, devemos explicitar os conteúdos e campos do conhecimento e as habilidades profissionais que sedimentarão uma proposta curricular.

Uma temática que recorta todos os elementos referidos anteriormente e que se interpõe ao processo de trabalho do Serviço Social de forma fundante é, por exemplo, a instituição. Note-se que não apenas no interior da tradição marxista foram construídas importantes contribuições sobre o campo das práticas e relações institucionais. Os estudos e produções da chamada "análise institucional" são exemplos de uma interlocução fecunda sobre esta temática, que instrumentalizam o Assistente Social em vários campos de trabalho, como a área da saúde mental, entre outros.

Os debates e propostas acerca do currículo mínimo devem, portanto, se aproximar do cotidiano do trabalho do Serviço Social e das formas contemporâneas de organização e desenvolvimento da sociedade brasileira. Esta postura implica a construção de uma dimensão investigativa que perpasse de forma vital a formação profissional, enquanto uma das requisições e habilidades necessárias ao trabalho do Serviço Social.

A pesquisa emerge, assim, menos enquanto um conteúdo curricular e mais como uma perspectiva formativa. Não se trata de propor a extinção da matéria "pesquisa" do currículo mínimo, mas sim de demarcar que uma proposta investigativa pressupõe um recorte horizontal ao longo de um currículo, que a dimensão investigativa deve recortar toda a formação profissional, enquanto síntese dos núcleos de fundamentação.

Os desafios de construção de uma nova proposta curricular para o Serviço Social estão lançados há algum tempo. Resta-nos concretizá-los em um campo consensual, onde possamos aportar nosso acúmulo de discussão e produção.

Este documento pretendeu esclarecer e aprofundar algumas das ressalvas feitas à aprovação do documento "Proposta básica para o projeto de formação profissional" da ABESS/CEDEPSS. Assim, esperamos que as reflexões aqui tecidas sobre o núcleo de fundamentação do trabalho profissional e seus níveis de integração com os demais núcleos possam subsidiar os trabalhos dos fóruns regionais da ABESS.

Projeto de formação profissional em Serviço Social e a universidade brasileira[7]

Pensar, hoje, um novo projeto de formação profissional para o Serviço Social exige um balanço crítico sobre a universidade, que há muito vem sendo reclamado pelos Assistentes Sociais, alunos e professores. Dentro dos limites impostos por este tipo de comunicação e pela amplitude e relevância do tema, não nos propomos a realizá-lo nesta ocasião, reservando-nos, contudo, a tarefa de alinhavar algumas idéias que possam fornecer certas referências para o seu enfrentamento, nos marcos do atual processo de revisão do currículo mínimo.

Iniciar um debate sobre a universidade brasileira denunciando a crise pela qual passa tornou-se lugar-comum, porém, não uma observação desprovida de qualquer serventia. Há pelo menos trinta anos vem sendo denunciada — ainda que de diferentes formas e pelos mais variados interlocutores — a crise da nossa universidade. É esta reincidência que confere relevância aos introdutórios comentários sobre a universidade e a sua crise (ALMEIDA, 1996: 290).

Destarte, podemos computar crises diversas que marcam a recente história da universidade, apanhadas nas suas múltiplas expressões conjunturais: quando da intervenção autoritária do Estado, na luta pela democracia interna, nas mobilizações pela conquista de sua autonomia, em torno da demanda por mais recursos, na privatização desenfreada do ensino de terceiro grau, no desmonte das políticas públicas e no golpe

7. Texto de autoria de Ney Luiz T. de Almeida, Professor Auxiliar da Faculdade de Serviço Social da UERJ. As idéias centrais deste texto fazem parte de uma reflexão mais ampla sobre a universidade, presente em ALMEIDA (1996).

recente sobre as relações de trabalho e direitos sociais da força de trabalho docente, particularmente.

Da mesma maneira, podemos falar de uma crise mais estrutural, não superada até o momento e alicerçada na tardia e incipiente organização de um "sistema universitário" no Brasil. A forma conglomerada de emergência da maioria absoluta das universidades (FERNANDES, 1979), aliada a uma perspectiva dominante de um progressivo enquadramento profissional da atividade intelectual à lógica da produção e apropriação de valores, típicos da produção da mercadoria na sociedade capitalista (JAMESON, 1996), e a uma tradição, no campo da cultura, em que o Estado foi freqüentemente requisitado para inibir as elaborações e manifestações culturais que incidissem na formulação de projetos societários contra-hegemônicos à ordem burguesa (NETTO, 1996), são alguns dos componentes imprescindíveis para a compreensão da crise estrutural da universidade brasileira.

A formulação de qualquer projeto de formação profissional, nos dias atuais, é atravessada, portanto, por esses traços caracterizadores da brevíssima história da universidade no Brasil. Pensar a formação do Assistente Social neste final de século exige também um posicionamento em relação às mudanças e aos processos que marcam a universidade brasileira e que, de certa forma, se atualizam nas expressões concretas de seus problemas e dilemas: o desenvolvimento de um sistema que se mostrou muito pouco como universitário e muito mais como de ensino de terceiro grau.

Tomando como referência aqueles traços e as manifestações mais recentes da dinâmica que vem marcando a universidade brasileira, podemos sinalizar algumas preocupações que devem ser retomadas quando da elaboração das propostas de currículo mínimo e, principalmente, do pleno, pelas unidades acadêmicas.

Desde a intervenção do Estado na educação, ao final dos anos 60 e início dos anos 70, o sistema universitário sofreu mudanças estruturais profundas e significativas. Para além de alguns ensaios de reestruturação da universidade em direção à criação de "centros de excelência" e das denúncias de improdutividade e ameaças rotineiras de avaliação de desempenho, o cenário universitário brasileiro foi dominado por uma luta incansável pela democratização interna e da sociedade, como pela conquista de sua autonomia e de mais recursos e qualidade.

Apesar de não ter havido uma mudança estrutural no "sistema universitário", isso não significa dizer que ele permanece inalterado, em exata sintonia com os preceitos da Reforma de 1968. Não podemos incorrer neste erro. Mesmo porque a própria Reforma, até hoje, não

consolidou os objetivos inicialmente traçados. Não se trata, aqui, de uma defesa da mesma, em absoluto; ressaltamos apenas que a Reforma esteve fadada a obter êxito apenas no que ela guardou de relação e vinculação orgânica ao projeto de modernização conservadora que a burguesia almejava implementar, ou seja, na refuncionalização do sistema universitário, que logrou um substancial enquadramento às transformações que o Estado operou na esfera da cultura, quais sejam: profissionalização e restrição da atividade intelectual acadêmica às vias institucionalizadas pelo sistema universitário, consolidação de um mercado de bens culturais articulado à dinâmica da indústria cultural, constituição de um exército intelectual de reserva e controle das formas de acesso ao conhecimento científico.

O "sistema universitário" é hoje cada vez menos universitário, justamente porque as premissas da Reforma, nesta direção, não foram aquelas que direta e decisivamente atenderam aos resultados acima assinalados. Temos, assim, em decorrência da não-efetivação de muitas das propostas contidas da Reforma Universitária, alguns problemas que habitam nossas preocupações cotidianas quando pensamos em construir um novo currículo: um sistema de crédito que, na prática e ao longo dos anos, vem se realizando; uma estrutura departamental que, na dinâmica da vida universitária, não funciona ou não é reconhecida, sem falar na dificuldade de lhe conferir um substrato acadêmico a partir da eleição de áreas de conhecimento que a circunscreva, haja vista que freqüentemente nossas revisões de currículo implicam reestruturação dos departamentos; um ciclo básico que não integra a formação dos Assistentes Sociais — ou de qualquer outro profissional — aos campos de conhecimento clássicos, demarcadores do próprio sentido de uma formação, de fato, universitária; e, para ficarmos por aqui nos exemplos, a fragmentação da formação profissional, expressa nas relações entre a universidade e os profissionais de campo, que são institucionalmente reconhecidos como agentes de formação, através dos estágios supervisionados curriculares.

Há, com isso, não só uma predominância da organização de universidades a partir da reunião de unidades de ensino isoladas, sem que se chegue a constituir um projeto pedagógico, como também uma prevalência do ensino sobre as demais atividades que caracterizam a universidade: a pesquisa e a extensão. O nosso sistema pode ser considerado, desta forma, como de "ensino de terceiro grau", e não como universitário.

Assim, de um lado, estes problemas e características, presentes em nossa realidade hoje, guardam relação direta com a própria história da universidade no Brasil. E, de outro, a pouca visibilidade do que nela é produzido, as fragilidades comuns da formação em nível de terceiro grau

em qualquer campo profissional, as mudanças de perfis dos discentes e, mesmo, dos docentes que conseguem alcançar o seleto patamar da vida universitária, além de um crescente empobrecimento da vida intelectual, em virtude das pasteurizações das formas de pensar e se expressar e da ausência de criatividade e curiosidade acadêmica, que uma certa forma de cultura científica vem exigindo, estão diretamente relacionados à inclusão das atividades intelectuais acadêmicas em um circuito universitário cada vez mais regido por relações e processos de trabalho tipificados pela lógica da produção de mercadorias que vem dominando a esfera da cultura.

Para complementar nosso raciocínio, centrado na identificação de como aqueles traços determinantes do desenvolvimento da universidade brasileira vêm se expressando, atualmente, cabe pontuar que as transformações que ocorrem na esfera da produção e da cultura, em escala mundial, têm sido capturadas pelo Estado, na atual composição de cunho neoliberal que marca acentuadamente o governo federal e vários governos estaduais e municipais, nas suas expressões ideológicas, políticas e econômicas, como um projeto societário de longa duração. A qualificação da mão-de-obra, o desenvolvimento técnico-científico, a descentralização, a divisão de responsabilidades entre o Estado e a sociedade civil, a diminuição da intervenção estatal nas esferas econômica e social, a desregulamentação das relações de trabalho e a privatização de serviços públicos estão sendo tomados como requisições do processo de globalização e, conseqüentemente, de modernização da sociedade. E, estes, por sua vez, são tomados como processos "irreversíveis".

O rebatimento desse projeto na universidade já se expressa com bastante nitidez através da avalanche de pedidos de aposentadoria do corpo docente, geralmente os mais titulados, visto que são os que conseguiram, ao longo de anos, alcançar os patamares máximos da carreira docente; da terceirização das atividades de ensino, com o crescente quadro de professores substitutos, que são contratados temporariamente, apenas para suprir as lacunas da atividade de ensino; da redução drástica de recursos para a pesquisa (bolsas e financiamentos); das pressões para uma aproximação da universidade às novas demandas colocadas pelo mercado; das iniciativas de avaliação de desempenho, como o Exame Nacional de Cursos, a prova aplicada pelo MEC junto aos recém-formados de algumas áreas profissionais; e das dificuldades de negociação e reposição de perdas salariais que o corpo docente e os servidores técnico-administrativos vêm encontrando nos últimos movimentos.

Não é difícil de perceber que estes fatos expressam um tipo de intervenção do Estado que, apesar de adquirir contornos próprios neste

período de globalização e de governos neoliberais, reforçam uma certa tradição, presente em nossa cultura política, de práticas autoritárias e excludentes por parte dos setores dominantes (COUTINHO, 1990). Para além da imposição de uma dinâmica da vida universitária mais adequada aos rumos em que se quer incluir o País como um todo, a intervenção do Estado também se mostra intrinsecamente articulada à obstrução dos projetos que desejam orientar a universidade brasileira em uma outra direção, bem expressa na desconsideração dos movimentos sociais em todos os níveis (desde os fóruns de negociação específicos com os movimentos dos trabalhadores das instituições de nível superior até o Congresso — como se deu com a tentativa de retomada do projeto de LDB originalmente aprovado pela Câmara). A queda de braços do governo federal com o movimento sindical, já experimentada em outras ocasiões, apresenta-se como parte de uma estratégia de desmobilização e despolitização, no interior da sociedade civil.

Aqui, ganha destaque a atuação do governo na área de educação. O que, numa primeira leitura, soa como ausência de projeto para a área, ao menos em termos de uma ação mais substantiva no âmbito da universidade — o mínimo que se poderia esperar de um governo que tem à frente um renomado intelectual e professor universitário —, encerra, contudo, algumas pouco barulhentas mas estratégicas medidas.

As ações organizadas em torno do Plano Decenal, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do Programa "Acorda Brasil, está na hora da escola", que vêm enfatizando a valorização da educação básica e dos professores deste nível, voltam-se, no plano político, para a descentralização administrativa do sistema educacional, acionando repasses de verbas mais ágeis às prefeituras, neste caso em pleno acordo com o receituário racionalizador da proposta neoliberal do governo. Já no plano econômico, elas se direcionam para uma silenciosa recomposição da direção do investimento do poder público, hoje majoritariamente aplicados na educação superior, que recebe cerca de 80% dos recursos federais.[8] E, no plano ideológico, para a geração de um consenso que respalde os dois movimentos anteriores, além de prosseguir e acentuar a estratégia de esvaziamento do poder de interferência da sociedade civil organizada, apelando para um discurso que chama a sociedade civil como co-responsável pelas mudanças na área de educação; porém, a sociedade civil diluída nos indivíduos, nas ONGs e na iniciativa privada, para quem

8. Fonte: MEC/SESu, 1996.

se vem delegando as competências de acompanhar, gerir e avaliar atividades e recursos.

O projeto do governo para a área de educação, apesar de não ter nenhum projeto alinhavado para a universidade, tem forte impacto sobre a mesma, seja pelas implicações contidas nas orientações que privilegiam a educação básica, seja pelas propostas que episodicamente vêm sendo lançadas. A recomposição dos investimentos para o setor irá, necessariamente, reduzir os recursos para a universidade, uma vez que a eleição da educação básica como prioridade — o que deveria ser mesmo, mas não no formato apresentado — não será acompanhada de maior alocação de recursos para a educação. Serão os mesmos recursos, só que com novos percentuais de investimentos por área. Esta diminuição de recursos para a universidade está sendo acompanhada pelo projeto de reforma administrativa e de autonomia da universidade, o que, na lógica do governo, significa contenção de gastos e captação de recursos através de parcerias com a iniciativa privada e da venda direta de certos serviços pela universidade.

É aqui que o projeto do governo, reservado para a universidade e não registrado em nenhum grande programa, mostra sua feição mais perversa. Diferentemente de outros setores de atuação do Estado, a educação pública superior não se enquadra na lógica da privatização simples: a venda aos grupos econômicos interessados ou o desmonte da estrutura pública e sua substituição pela iniciativa privada. E as razões são importantes. Primeiro, porque as universidades públicas representam uma das poucas instituições mantidas pelo Estado que, apesar de tudo, ainda produzem com qualidade. Segundo, porque o setor privado aí não se expandiu, com raríssimas exceções, com o mesmo nível do setor público, o que indica que a educação pública de nível superior, no Brasil, tem uma qualidade bem acima do que a do setor privado. E, em terceiro, porque as universidades públicas são responsáveis pelo desenvolvimento da grande maioria das pesquisas científicas no País, já que as empresas brasileiras ou pouco investem em pesquisa, ou importam e consomem tecnologia e ciência de outros países.

Este quadro revela a complexidade e a particularidade do processo de enquadramento da universidade na esteira das mudanças que a globalização da economia e da cultura encerra, com aquelas que o projeto neoliberal do atual governo deseja viabilizar. Desta forma, a privatização da universidade segue, segundo a lógica que apontamos, um caminho próprio: terceirização de serviços e atividades — o que já vem acontecendo em larga escala com os professores substitutos, mas que pode adquirir outras feições; venda de serviços — cursos e pesquisas, principalmente

— pautada na necessidade de custear suas atividades, o que deve implicar a criação de fundações ou a própria transformação das universidades em fundações, apoiadas pelo projeto de autonomia universitária do governo; parcerias com empresas e ONGs, para captar recursos e para dar maior visibilidade e aumentar as bases de legitimidade social da universidade junto à sociedade, o que deve implicar um redirecionamento das linhas e natureza das pesquisas, como da própria formação profissional, para atender às exigências do mercado; e um substancial aumento das universidades privadas no País, a partir da reunião, pedagogicamente desarticulada, de cursos e faculdades isoladas, incentivadas pela proposta de autonomia universitária do governo, que lhes garantirá o direito de criarem cursos sem se submeter ao MEC, apenas com a aprovação dos seus respectivos Conselhos Universitários. Para se ter uma idéia da extensão desta situação, segundo reportagem que saiu no dia 23/7/96, na *Folha de S. Paulo*, o Conselho Nacional de Educação tem hoje, em sua mesa, 2919 pedidos de criação de novos cursos e 32 pedidos de criação de novas universidades.[9] Vale lembrar que o número de universidades existentes, atualmente, após sessenta anos da criação das primeiras universidades no Brasil, é de 128. Destarte, o número de novas universidades poderá representar, em pouco tempo, se aprovados todos os pedidos, um aumento da ordem de 25%.

Mais especificamente em relação ao Serviço Social, estes processos devem ser observados a partir do acúmulo e da tradição intelectual que a profissão vem construindo ao longo dos últimos anos. Ainda que não configure uma área científica autônoma, no campo das chamadas ciências sociais e humanas, o Serviço Social desfruta hoje de um reconhecimento no cenário acadêmico que lhe confere maior legitimidade e maiores desafios. A maturidade intelectual da profissão implica certas responsabilidades e cuidados. Essa maturidade é expressa, sobretudo, na extensão e profundidade das suas produções bibliográficas, nas dissertações e teses dos cursos de pós-graduação, na sedimentação da pesquisa, nos avanços teóricos que vêm reorientando a formação profissional, no fortalecimento do papel acadêmico e organizativo de suas principais entidades nacionais que atuam num País de dimensão continental, na interlocução e atuação com as demais profissões e no trânsito teórica e politicamente mais sedimentado no campo do pensamento social contemporâneo.

A notória sedimentação da tradição marxista no Serviço Social, em curso já há mais de uma década, por um lado, forneceu as bases para uma produção crítica sobre a profissão, a realidade brasileira, o Estado,

9. Fonte: MEC/SESu, 1996.

as políticas sociais, os movimentos sociais e as múltiplas expressões das mudanças que vêm se operando na esfera da produção e da cultura, e, por outro lado, ganhou espaço e consistência num momento em que parte significativa da intelectualidade resolveu mostrar sua face adesista e pouco afeita à interlocução com as matrizes teóricas totalizadoras. Depois de tanta luta, no meio acadêmico, para que a pluralidade de conhecimentos se expressasse, os ventos pós-modernos espalham a uni(con)formidade de idéias por todos os cantos. A instituição que deveria primar pela dúvida, pelo debate e pela divergência se acovarda frente às idéias que suprimem diferenças e nada aprofundam, e se apequena nos microestudos das microexpressões dos fragmentos do cotidiano (JAMESON, 1996).

A direção social, que vem hegemonicamente se consolidando no projeto de formação profissional e no meio intelectual do Serviço Social, encontra hoje, na universidade, um ambiente extremamente desfavorável. Contudo, bem diferente daquele de trinta anos atrás, quando a tradição marxista foi interditada como teoria social integrante do patrimônio cultural das sociedades modernas, pois agora o seu substrato não é mais a repressão direta mas a sua impertinência às teorias da moda.

Há uma série de implicações neste sentido, que vão da ausência de debates até a ausência de quem ministre certos conteúdos para os cursos de Serviço Social. Este é um dado da realidade que exige profunda seriedade e competência por parte do Serviço Social no interior da universidade.

Um outro aspecto importante, que reveste certa particularidade ao Serviço Social no atual contexto universitário, é a reorientação pedagógica dos cursos em direção ao mercado de trabalho. Desde a última experiência de revisão do currículo mínimo, quando tivemos a oportunidade de reunir um conjunto expressivo de reflexões sobre os objetivos da formação e o perfil desejado do profissional a ser capacitado para atuar no mercado de trabalho, a relação universidade-mercado de trabalho vem sendo analisada não como via de mão única, mas de dupla mão. A nossa tradição nesta área tem sido a de compreender a formação profissional como um processo que não se reduz aos semestres previstos na grade curricular e, sim, como um processo permanente que envolve ciclos bem demarcados. Esta leitura vem conferindo especial significação aos cursos de extensão e pós-graduação, *lato* e *stricto sensu*, assim como à responsabilidade social da universidade para com os profissionais e as questões que compõem o universo que é o nosso mercado de trabalho.

Apontamos, neste sentido, que as unidades observem e aprofundem esta tradição, visto que ela ainda está longe de ser uma realidade comum

a todos os cursos, e busquem gerar alterações mais profundas, como: a constante oxigenação dos conteúdos que informam a formação profissional, com as questões que particularizam o mercado de trabalho e que podem ser capturadas por diversas formas de parceria entre profissionais assistentes sociais, acadêmicos e não-acadêmicos; e a maior regularidade das estratégias de capacitação e atualização dos Assistentes Sociais.

É necessário frisar que as alterações no mundo do trabalho, na esfera do Estado e das políticas sociais, do poder local, da organização da sociedade civil e da cultura vêm produzindo inflexões importantes nas relações e processos de trabalho do Serviço Social, que recompõem com ciclos cada vez menores as características do nosso mercado de trabalho, revelando mutabilidades que, por vezes, são justificadas por peculiaridades regionais. O mercado de trabalho encerra tanto possibilidades concretas de exercício e reprodução da força de trabalho que formamos quanto particularidades que expressam fenômenos sobre os quais devemos debruçar.

Envolvendo uma ordem de problemas parecidos com os da relação entre a universidade e o mercado de trabalho, situamos, também, a relação da universidade com a sociedade. Duas dimensões desta relação merecem ser consideradas com algum cuidado na construção da nova proposta de currículo mínimo. A primeira delas estaria relacionada ao público que é alvo do projeto de formação profissional em primeira instância: os alunos. A segunda, o público alvo mais abrangente: a população. Nos dois casos, a universidade deve ser tomada como ponto de referência.

Conhecer o público que procura os cursos de Serviço Social, sua origem de classe, visão de mundo, inserção no mundo do trabalho e aspirações sociais e profissionais é mais que um cuidado, é uma necessidade, na medida que estamos produzindo uma revisão de currículo. Os processos já gestados até então, por diversas unidades acadêmicas, devem se inscrever numa política ampla, desenvolvida por todas as escolas e socializada nos fóruns de Serviço Social. A realidade do trabalhador-aluno e as condições das unidades de formar esse aluno, o empobrecimento do universo cultural dos que chegam à universidade e a dimensão cultural presente na formação profissional, a inabilidade, desinteresse ou ausência de aspirações para com as atividades acadêmicas e a política de participação dos alunos em programas acadêmicos (monitoria, pesquisa e extensão) devem ser enfrentados não mais de forma episódica, mas como um pressuposto do projeto pedagógico de formação profissional do aluno do curso de Serviço Social.

Semelhante a esta preocupação e conjunto de esforços, deve se dar a formulação de um projeto pedagógico que considere o público maior, a quem se dirige tanto o trabalho dos futuros profissionais que estamos formando quanto o usufruto social do conhecimento produzido e socializado na universidade. Confirmada esta perspectiva, estaremos mais próximos de conseguir dar visibilidade social e satisfação das nossas atividades. A pesquisa e o ensino, neste caso, devem enriquecer e materializar a extensão universitária.

O Serviço Social tem contribuído de forma singular à vida universitária, com a sua identificação e participação nas atividades de extensão. Esta é uma marca que serve como estratégia de legitimação do Serviço Social no contexto da universidade brasileira de hoje. Da mesma forma que a incorporação majoritária desta dimensão da relação da universidade com a sociedade, pelas diversas unidades acadêmicas de Serviço Social, sejam elas públicas ou privadas, mas principalmente estas últimas, serve para a construção de mecanismos de controle e avaliação social da universidade, que contem com a participação efetiva de parcela da população.

As duas dimensões acima mencionadas são de extrema valia para a construção de uma nova universidade. E, pela experiência que acumula, interna — no âmbito dos seus departamentos — e externamente — no interior da universidade —, o Serviço Social tem não só condições de contribuir para novas formas de condução dos programas acadêmicos voltados para os alunos (monitoria, extensão e pesquisa), alargando os horizontes e as possibilidades da formação e do futuro exercício profissional, como de intervir na dinâmica das universidades, no sentido de reforçar a dimensão social da formação universitária, potencializando as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nas duas situações, consideramos fundamental a atuação dos docentes de Serviço Social que trabalham em universidades privadas, haja vista que elas constituem um importante mercado de trabalho para os Assistentes Sociais docentes e que a dimensão pública, que deve atravessar a rede privada de ensino, deve ser direcionada por uma formação de qualidade e pela função que a universidade deve ter junto à população, na democratização do usufruto de sua produção.

Este quadro não esgota o leque de questões que dizem respeito à universidade brasileira hoje e que devem ser observadas no processo de revisão que ora empreendemos. Contudo, nosso interesse não caminhou nesta direção. Visamos, apenas, a fornecer um painel que contém alguns elementos importantes para podermos pensar a construção de um novo projeto de formação profissional em Serviço Social, sem perder de vista

as mudanças que estão ocorrendo e que podem vir a ocorrer na universidade brasileira, além dos traços que julgamos mais determinantes para a compreensão dos mesmos.

Caberia, no atual processo de revisão do currículo mínimo, algumas indagações que levassem em conta estes apontamentos introdutórios e a história de cada unidade acadêmica. Sugerimos, neste sentido, que nas oficinas locais e, posteriormente, nas oficinas regionais, seja realizado um balanço crítico sobre o atual currículo mínimo (o que se encontra em vigência), sinalizando os principais problemas que ele encerra para a operacionalização dos currículos plenos. Num segundo momento, considerando-se os avanços operados nos currículos plenos, em função das revisões curriculares que algumas unidades acadêmicas já realizaram, e os textos de referência produzidos pela ABESS, analisar o que precisa ser revisto em relação ao currículo mínimo frente a este novo acúmulo.

Como este processo de revisão vem sendo balizado por fortes preocupações acadêmicas que devem acompanhar toda a montagem de uma nova proposta curricular, recomendamos, também, que as discussões nas oficinas tentem apontar as políticas necessárias à implementação deste novo currículo mínimo. Sugerimos, para tanto, alguns eixos de reflexão que devem acompanhar a elaboração da grade curricular e constar do produto das oficinas locais e regionais:[10]

1. Como cada unidade acadêmica irá articular a relação entre a graduação e a pós-graduação, tendo em vista os novos horizontes da formação profissional postos pelo novo currículo mínimo?

2. Como cada unidade acadêmica irá organizar sua política de estágio e as formas de relacionamento com as instituições sociais (campos de estágio), em função dos novos enfoques e conteúdos que o novo currículo mínimo demarcará?

3. Como cada unidade acadêmica pensa organizar sua política de capacitação docente e de seus supervisores de estágio, para poder implementar, de fato, os conteúdos e as práticas pedagógicas previstas pelo novo currículo mínimo?

Bibliografia

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo; Cortez, n. 50, abril 1996.

10. Os eixos sugeridos nesta parte foram originalmente pensados pelo Colegiado Acadêmico da Região Leste da ABESS, como orientação para a realização das suas oficinas locais e regionais.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *Cultura e universidade no Brasil dos anos sessenta*. Dissertação de mestrado. UFF, 1996.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política social e capitalismo contemporâneo*: um balanço crítico-bibliográfico. Dissertação de mestrado. Escola de Serviço Social da UFRJ, 1993.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. *Reestruturação industrial e políticas empresariais no Brasil dos anos 80*. Dissertação de mestrado. Escola de Serviço Social da UFRJ, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e forma*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

_____. *Gramsci*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

FRANCISCO, Elaine Marlova & CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. O processo de trabalho do Serviço Social. In: *Em Pauta — Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ*. Rio de Janeiro; UERJ/FSS, n. 6, dezembro 1995.

FERNANDES, Florestan. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo, Alfa Ômega, 1979.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1993.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1982.

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática, 1996.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

MOTA, Ana Elizabete. *O feitiço da ajuda*. São Paulo, Cortez, 1987.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. *Ditadura e Serviço Social no Brasil pós-64*. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1996.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1995.